

RECURSO ESPECIAL Nº 1.391.218 - SC (2013/0203102-0)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
RECORRENTE : DIGI MUNDIAL S/A
ADVOGADOS : DOUGLAS MARCONDES BARROS E OUTRO(S) - SP201204
KELLY GERBIANY MARTARELLO - PR028611
RECORRIDO : PORTES IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
ADVOGADO : RAUL IBERÊ MALAGÓ - SP236165

DECISÃO

Trata-se de recurso especial, interposto por DIGI MUNDIAL S/A, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea “a” da Constituição Federal, em desafio a acórdão de fls. 123/133 e-STJ, proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, assim ementado:

AGRAVOS DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA PROPOSTA POR EMPRESA ESTRANGEIRA.

PEDIDO DE SUSPENSÃO DO LEILÃO DOS BENS PELA RECEITA FEDERAL. INEXISTÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO DO JUÍZO A QUO. INOVAÇÃO RECURSAL. NÃO CONHECIMENTO NO PONTO.

"Não se aprecia recurso que se destoa da matéria debatida na decisão recorrida" (AgRg no Ag n. 671.646/SP, rel. Min. José Delgado, DJU 1º.7.2005).

EMPRESA AUTORA QUE NÃO POSSUI BENS IMÓVEIS NO PAÍS. NECESSIDADE DE PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO. EXIGÊNCIA DO ART. 835 DO CPC.

INAPLICABILIDADE DO CÓDIGO DE BUSTAMENTE (Decreto n. 18.871, de 13 de agosto de 1929).

De acordo com o art. 835 do CPC, é de se considerar que sendo o agravante estrangeiro e com residência fora do Brasil, deverá prestar caução suficiente às custas e honorários advocatícios.

VALOR DA CAUÇÃO EXORBITANTE. REDUÇÃO QUE SE IMPÕE. PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO.

Opostos embargos de declaração, forma rejeitados com aplicação de multa (fls. 137/143, e-STJ).

Nas razões do recurso especial (fls. 151/162, e-STJ), a parte insurgente alegou ofensa, pelo aresto estadual, aos seguintes dispositivos de lei federal: (i) artigo 538, parágrafo único, do CPC/73, sustentando ser incabível a aplicação de multa, visto que os embargos de declaração apresentados não possuem caráter protelatório e sim requisito essencial a admissibilidade do recurso; (ii) artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal; e artigos 383 e 385 do Decreto n.º 18.871/1929, sustentando ser inexigível a caução judicial ante a aplicação do Código de Bustamante.

Sem contrarrazões.

Às fls. 166/167, e-STJ, a irresignação recebeu juízo positivo de admissibilidade.

É o relatório.

Decido.

A irresignação merece prosperar em parte.

1. Inicialmente, cumpre asseverar não ser atribuição do STJ a análise de contrariedade a dispositivos constitucionais, sob pena de usurpação da competência do STF, razão pela qual é incabível o exame da alegada afronta ao artigos 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal.

Precedentes:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. VIOLAÇÃO DE SÚMULA. DESCABIMENTO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO INDICAÇÃO. SÚMULA 284/STF. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. DÉBITO FUNDADO EM INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONFISSÃO DE DÍVIDA. PRAZO PRESCRICIONAL QUINQUENAL. INCREMENTO DA ATIVIDADE EMPRESARIAL. NÃO CARACTERIZAÇÃO DA RELAÇÃO DE CONSUMO. HARMONIA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E A JURISPRUDÊNCIA DO STJ.

1. A interposição de recurso especial não é cabível quando ocorre violação de dispositivo constitucional ou de qualquer ato normativo que não se enquadre no conceito de lei federal, conforme disposto no art. 105, III, "a" da CF/88.

[...]

7. Agravo interno no recurso especial não provido.

(AgInt no REsp 1610317/SE, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/06/2018, DJe 12/06/2018) [grifou-se]

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.

PREVIDÊNCIA PRIVADA. REVISÃO DE SUPLEMENTAÇÃO QUE RESULTOU EM DIFERENÇA NOS PROVENTOS DA APOSENTADORIA. OFENSA A DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. RECURSO ESPECIAL INCABÍVEL. ART. 6º, § 1º, DA ANTIGA LICC. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF.

FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO NÃO IMPUGNADOS. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 283 E 284 DO STF. ALEGAÇÃO DE QUE O VALOR BUSCADO PELO AUTOR DA AÇÃO JÁ FOI DEPOSITADO EM SUA CONTA. SÚMULA 7 DESTA CORTE.

RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Não se conhece da apontada violação aos dispositivos da Constituição Federal, uma vez que compete ao col. Supremo Tribunal Federal o exame de matéria constitucional, conforme preconiza o art.

102 da Carta Magna.

[...]

6. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AgInt no AREsp 1040372/PR, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 13/06/2017, DJe 27/06/2017) [grifou-se]

2. Na espécie, a Corte local concluiu ser exigível caução tanto para estrangeiros quando para nacionais residentes fora do país, bem como que a legislação especial não isenta o estrangeiro de prestar caução nas ações que intenta.

No particular, relevante a menção ao seguinte trecho do acórdão recorrido (fls. 130/131, e-STJ):

A agravante pede, em ambos os recursos, a isenção do pagamento de caução ao argumento de que o Código de Bustamante (Decreto n. 18.871, de 13 de agosto de 1929), em seus artigos 383 e 385, veda o tratamento diferenciado entre empresas nacionais e estrangeiras. Afirma, ainda, que referido diploma legal deve prevalecer sobre o Código de Processo Civil por se tratar de lei especial.

No entanto, o artigo 835 do CPC é posterior ao referido Decreto, de modo que deve prevalecer, verbis:

(...)

Ademais, por ser o Código de Bustamante anterior ao Código de Processo Civil, a norma inserida neste é posterior àquela, aplicando-se o critério cronológico para solucionar a antinomia entre as normas jurídicas existentes, já que "norma posterior revoga a anterior" (DINIZ. Maria Helena. Código Civil Anotado. 13ª ed. São Paulo: Saraiva, p. 4).

Sobre o assunto, o § 1º do artigo 2º da Lei de Introdução ao Código Civil estabelece:

(...)

Ademais, mesmo que se aplicasse ao caso referido Código de Bustamante, ainda assim não haveria ofensa aos seus preceitos, uma vez que **a exigência da caução, prevista no art. 835 do CPC, serve tanto para estrangeiro como para nacional residentes fora do país**. Dito de outro modo, o CPC não faz nenhuma distinção entre nacionais e estrangeiros, por isso, está em consonância com o art. 385 do Código de Bustamante, que prescreve "Não se exigirá tão pouco a esses estrangeiros que prestem fiança para o exercício de ação privada, nos casos em que se não faça tal exigência aos nacionais" (grifou-se).

Ainda, como bem esclareceu a empresa agravada, o Código de Bustamante, em nenhum momento, isenta a pessoa jurídica estrangeira de prestar caução nas ações que intenta, razão pela qual deve prevalecer a regra contida no art. 835 do CPC.

Com efeito, a orientação do Superior Tribunal de Justiça firmou-se no sentido da necessidade de ser prestada caução nos termos do art. 835 do CPC/73.

A propósito:

**AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.
AÇÃO DE INDENIZAÇÃO PROPOSTA POR EMPRESA**

ESTRANGEIRA. NECESSIDADE DE PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO. INCIDÊNCIA DO ART. 835 DO CPC/73. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

(...)

2. A prestação de caução prevista no artigo 835 do CPC/73 é impositiva, bastando o preenchimento cumulativo de dois pressupostos objetivos, a saber: (I) o autor não residir no Brasil ou dele se ausentar na pendência da demanda; e (II) não ter o autor bens imóveis no Brasil que assegurem o pagamento das custas e honorários de advogado da parte contrária em caso de sucumbência. Precedentes.

3. Não se exclui a possibilidade de, excepcionalmente, e diante das peculiaridades de determinado caso concreto, dispensar-se a caução quando se conclua, categoricamente, a existência de hipótese de efetivo obstáculo ao acesso à jurisdição, situação que não se verifica no caso.

(...)

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1017651/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 20/08/2019, DJe 09/09/2019)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS AJUIZADA POR EMPRESA ESTRANGEIRA NÃO RESIDENTE NO BRASIL. VIOLAÇÃO DO ART. 83 DO NCPC (ART. 835 DO CPC/73). RECURSO DA CORRÊ BTG PACTUAL. PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO. DISPENSA. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DO STJ. ACÓRDÃO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. SUMULA Nº 568 DO STJ. DECISÃO MANTIDA. MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO NCPC. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO, COM IMPOSIÇÃO DE MULTA.

(...)

2. O sistema processual brasileiro, por cautela, exige a prestação de caução para a empresa estrangeira litigar no Brasil, se não dispuser de bens suficientes para suportar os ônus de eventual sucumbência (art. 835 do CPC). Na verdade, é uma espécie de fiança processual para 'não tornar melhor a sorte dos que demandam no Brasil, residindo fora, ou dele retirando-se, pendente a lide', pois, se tal não se estabelecesse, o autor, nessas condições, perdendo a ação, estaria incólume aos prejuízos causados ao demandado (EResp n.º 179.147/SP, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, Corte Especial, j. 1º/8/2000, DJU 30/10/2000).

3. No caso dos autos, a Corte de origem, com base nos fatos da causa e em precedentes oriundos desta Corte, reconheceu inexistir motivo que justifique o receio no tocante a eventual responsabilização da demandante pelos ônus sucumbenciais, não se justificando a aplicação do disposto no art. 83 do NCPC (art. 835 do CPC/73). Incidência, no ponto, das Súmulas n.ºs 7 e 568 do STJ.

(...)

5. Agravo interno não provido, com imposição de multa.

(AgInt no REsp 1792974/PR, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/08/2019, DJe 21/08/2019)

Portanto, encontrando-se o aresto de origem em sintonia à jurisprudência consolidada nesta Corte, a Súmula 83 do STJ serve de óbice ao processamento do recurso especial.

Além disso, e, considerando a possibilidade de relativização da norma que prevê prestação de caução (art. 835 do CPC/73), observa-se, a tese da recorrente de inviabilidade de acesso à justiça está calcada em alegação de que deverá *"que recolher o montante estipulado sob a monta de R\$ 5.712,72"* (fl. 158, e-STJ). Assim, evidentemente, não se verifica a hipótese de efetivo obstáculo ao acesso à jurisdição.

3. Por sua vez, quanto à aludida infringência ao artigo 538, parágrafo único, do Código de Processo Civil de 1973, razão assiste à recorrente.

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é corrente no sentido de que inaplicável a multa por oposição de embargos declaratórios quando transparecer o intento de prequestionamento, sobretudo quando não é manifesta a abusividade do manejo do recurso.

Nesse sentido:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO ESPECIAL. VÍCIOS DO ART. 535 DO CPC. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. OMISSÃO CONFIGURADA. PROVIMENTO SEM EFEITOS INFRINGENTES.

(...)

2. Na hipótese, o colegiado acabou deixando de apreciar a tese atinente à multa imposta pelo Tribunal a quo em relação aos embargos de declaração opostos em face do acórdão recorrido. Merece acolhida a irresignação recursal, uma vez que os aclaratórios opostos não podem ser tidos como protelatórios, ainda mais quando se tem como viés o prequestionamento (Súmula 98 do STJ).

3. Embargos de declaração providos.

(EDcl no REsp 1760943/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 15/08/2019, DJe 20/08/2019)

No caso, verifica-se que a recorrente opôs embargos de declaração por uma única vez. Em sendo assim, é de se afastar a penalidade, justo que não evidenciado o caráter manifestamente procrastinatório dos aclaratórios.

4. Do exposto, com amparo no artigo 932 do NCPC c/c a Súmula 568/STJ, dou parcial provimento ao recurso especial, apenas para excluir a multa imposta em sede de embargos de declaração.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator